

AUTUAÇÃO DE PROCESSO DE ADESÃO

Aos vinte dias do mês de abril do ano de 2023, autuamos o presente processo administrativo, na forma de ADESÃO/CARONA, conforme discriminado abaixo:

DA ADESÃO

- Processo Administrativo nº 2010.1003.03/2023
- Processo de Adesão "Carona" nº 18/2023
- Modalidade a Adedir: Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços (SRP)
- Tipo da Licitação: Menor Preço por Item
- Objeto: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 009/2022, proveniente do Pregão Eletrônico nº 013/2022-SRP, realizado pela Prefeitura Municipal de Milagres do Maranhão- MA, tendo por objeto o registro de preços para a eventual Contratação de empresa para pavimentação de ruas, manutenção de estradas vicinais, manutenção de praça pública, manutenção de poços, manutenção predial, afim de atender as necessidades do município de Pastos Bons/MA.

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASTOS BONS-MA, e PREFEITURA MUNICIPAL DE MILAGRES DO MARANHÃO, ESTADO DO MARANHÃO.

DO PROCESSO A ADERIR

- ORIGEM: PREFEITURA MUNICIPAL DE MILAGRES DO MARANHÃO- MA
- MODALIDADE: Pregão Eletrônico – SRP, de Nº 013/2022-SRP - SRP
- DATA DA ARP: 13 de setembro de 2022.
- EMPRESA: M F A COSTA SERVIÇOS EIRELI, de CNPJ sob o nº 12.028.609/0001-58, sediada e localizada na Rua São Vicente s/nº, Sala 04, Centro, na cidade de São Bernardo/MA, CEP: 65.550-000.

1ª (colocada)

M F A COSTA SERVIÇOS EIRELI, de CNPJ sob o nº 12.028.609/0001-58, sediada e localizada na Rua São Vicente s/nº, Sala 04, Centro, na cidade de São Bernardo/MA, CEP: 65.550-000.

- TIPO: Menor Preço por Item

- PUBLICAÇÃO DE RESENHA DA ATA:

1 – Diário Oficial do Município, quarta-feira, 14 de setembro de 2022, Edição 0723, página 03 a 08.

FUNDAMENTO LEGAL:

Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto Federal 8.250/14.

DAS CONDIÇÕES GERAIS

- Observações / Justificativas de interesse público: O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP, é um instrumento colocado à disposição da Administração Pública, através da Lei Federal nº



8.666/93 e Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto Federal 8.250/14, constando como meio de instituição as modalidades licitatórias Concorrência ou Pregão, onde com o resultado das referidas licitações procede-se o registro formal de preços relativos aos bens e serviços licitados.

Apresenta-se, pois, como uma ferramenta que agiliza o atuar da Administração Pública, principalmente quando se trata de contratações frequentes ou aquisição com entrega parcelada.


Geila Melo Carvalho
Presidente da Comissão de Licitação